

A Conjuntura e as Duas Crises: Uma oportunidade para um Novo Bloco Histórico no Brasil

Leonardo Pinho
Coordenador Nacional Setorial – UNISOL Brasil/Diretor da UNISOL SP
Diretor da ABRASME
Movimento Nacional de Direitos Humanos – SP

Fabio Belloni
Diretor da ABRASME
Membro do Conselho Nacional de Direitos Humanos
Movimento Nacional de Direitos Humanos - SP

Introdução:

As eleições de 2014 com a vitória apertada de Dilma, com a radicalização do campo político à direita no Brasil e a eleição de um Legislativo mais conservador impõe aos setores populares uma reflexão sobre os caminhos a seguir.

Nessa perspectiva, a análise de conjuntura é um instrumento fundamental, e abandonado por anos frente ao triunfo, baseado em vitórias eleitorais, que teve consequências objetivas na formulação de debates estratégicos no campo da esquerda brasileira.

Esse artigo tem por objetivo contribuir com as reflexões que vem surgindo no campo dos movimentos populares e de direitos humanos.

A conjuntura política analisada nesse texto não só irá apontar uma fotografia (um cenário), mas também, o envolvimento dessa conjuntura política em duas crises, que se desdobram e condicionam a ação política no próximo período.

A crise de um modelo de acumulação capitalista, aberta após a crise do petróleo na década de 70, e que se consolida nos anos 80 (Teacher/ Reagan) conhecida como modelo neoliberal (consenso de Washington) e a Crise de Hegemonia política, do bloco histórico, surgido no Brasil na luta contra a Ditadura Militar, com a criação do Partido dos Trabalhadores – PT, do sindicalismo autônomo, fundação da Central Única dos Trabalhadores – CUT e dos principais movimentos sociais (Movimento dos Sem Terra – MST, Movimentos Sem Teto – MTST, Movimentos Negros de Mulheres, reconstrução da União Nacional dos Estudantes – UNE).

Um novo modelo de acumulação capitalista?

“E esses períodos passados de alto desemprego foram relativamente curtos, em comparação com o que estamos experimentando agora, o que sugere que os danos duradouros para a vida dos jovens

serão muito mais intensos e prolongados” Paul Krugman – Um basta à depressão econômica

No pós guerra o mundo assiste uma disputa sobre dois modelos societários e duas hegemonias mundiais surgem, a Comunista (com URSS) e a Capitalista (com EUA/Europa), que polarizam as disputas políticas, econômicas, tecnológicas, militares e de valores sociais.

O pós guerra teve dois grandes modelos apresentados: o da economia planificada (URSS) e do Welfare State (EUA e Europa), ambos, os modelos rivalizavam e buscavam se impor no cenário mundial. Conhecido como Guerra Fria, diversos momentos ficaram quentes. Um processo de crescimento econômico e de conquistas de direitos pelas (os) trabalhadoras (es), fruto muito, do processo de reconstrução de diversos países e economias, que haviam sido destruídos durante a Segunda Guerra Mundial.

Esse ciclo de crescimento econômico e esse modelo de polarização de projetos que marcou o pós guerra, começou a mostrar seu esgotamento, na crise do petróleo (1973/1974).

A crise do petróleo colocou em xeque o processo de acumulação capitalista, abrindo uma inflexão mundial, sobre que caminhos seguir. Por um lado o calor que soprou no Maio de 68, os movimentos de contra cultura, as lutas contra as ditaduras latino-americanas, revolução cubana, grandes greves, a luta contra a Guerra do Vietnam eram sinalizações dos segmentos populares da disputa de um novo modelo societário, que buscava superar tanto o apresentado pelo capitalismo, como o apresentado pelo comunismo stalinista.

As principais economias mundiais precisavam consolidar um novo modelo de acumulação capitalista e o mesmo precisava impor novos padrões para o funcionamento da economia mundial. Esse novo modelo teria que surgir de dois grandes processos: do desmonte da URSS e seus satélites e do desmonte da Welfare State.

A nova “onda longa” de acumulação capitalista começa a se desenhar nos governos de Margaret Thatcher, na Inglaterra e Ronald Reagan, nos Estados Unidos, que será iniciado a partir do desmonte das políticas de Welfare State e também de uma política econômica de desregulamentação e aberturas das economias semicoloniais (África, Sudeste Asiático e Américas Central e Latina).

O início da nova “onda longa” se deu nos anos oitenta e consolidou-se na década de 90 sendo capaz de produzir aumento da taxa de lucro (em especial financeirização) com o desmonte das políticas públicas de saúde, educação e assistência social, com a privatização dos serviços públicos e com a retirada de direitos das (os) trabalhadoras (es).

A hegemonia política criada ficou conhecida como Neoliberalismo marcado pelo Consenso de Washington nesse período, a social democracia europeia e no Brasil (PSDB e PPS) fizeram mais um “transformismo” ao adotarem o projeto neoliberal. Felipe Gonzales chegou a afirmar que estavam construindo um *“socialismo de livre mercado”*. O triunfalismo desse projeto chegou às beiras do delírio onde Fukuyama afirmou: *“O fim da história”*.

Nesse período, a acumulação capitalista se sustentou por duas décadas, através de um crescente e desenfreado endividamento da economia mundial, que deu origem a sucessivas bolhas, produto do descomunal processo de formação de capital fictício, que permitia objetivamente, realizar uma parte da mais valia e estender as possibilidades de produção, em um ciclo ascendente, a outra parte do capital fictício (a maior parte dela) operava cada vez mais de forma autônoma, no mesmo círculo financeiro, ampliando as características especulativas, inflando cada vez mais a grande bolha imobiliária mundial da última década, que colocou em xeque a “onda longa” neoliberal e seu projeto político hegemônico.

A bolha de capital fictício chegou a cifras astronômicas (apenas nos EUA) Paul Krugman em seu Livro: Um basta à depressão econômica afirma: *“ (...) o total do prejuízo chega a US\$ 3 trilhões. Considerando a debilidade contínua da economia, esse número está fadado a se tornar maior. A esta altura, teremos muita sorte se sairmos dessa com uma perda acumulada de produto de `apenas` US\$ 5 trilhões”*.

A “onda longa” de acumulação capitalista, do período neoliberal, inicialmente se consolidou com a retirada de direitos e o desmonte do Welfare State, mas logo, se consolidou com a capacidade de endividamento mundial e aumento incessante do capital fictício, que tinha como objetivo postergar uma crise deflacionária.

Objetivamente, para a classe trabalhadora, as classes médias urbanas, esse período foi muito duro, com uma mudança estrutural da compreensão do que é trabalho, emprego, com situações mais insalubres, trabalhos com menos direitos, maiores dificuldades de aposentadoria e serviços públicos transformados em mercadorias (quem pode paga).

A resposta a essa situação de crise do projeto neoliberal, se deu de forma mais contundente, na América Latina, com as eleições de governos de centro esquerda, que questionavam as políticas neoliberais, e iniciam, a constituição de projetos alternativos. Importante salientar, que apesar dessas vitórias eleitorais, as mesmas, não foram acompanhadas com processos de ascenso das massas (as exceções foram Bolívia e Venezuela), limitando assim, as possibilidades de mudanças mais estruturais. Vimos um tipo de “Reformismo” sem grandes Reformas.

Na Europa a resposta a crise mundial esta muito contraditória com um ascenso de uma direita mais xenófoba e com características em diversas países Europeus, fascistas e fenômenos políticos de uma “nova esquerda”, em especial, na Grécia e Espanha.

A título de conclusão importante percebermos que estamos num período de “*intermezzo*” entre uma “onda longa” de acumulação capitalista e a constituição de um novo ciclo, que ainda não tem as bases sociais, econômicas e políticas maduras, para se consolidar.

Uma nova divisão internacional das forças produtivas e de projetos societários estão em marcha, China desponta como uma economia em ascensão, com forte presença na dívida americana, ampliação de seu mercado interno e expansão de influência mundial. EUA esta se levantando do duro golpe da bolha imobiliária e da queima de trilhões de dólares, a Europa patina e a Rússia busca um novo posicionamento no mercado mundial e no jogo geopolítico.

Os dados estão sendo jogados, o bloco alternativo na América Latina vai ter que aprofundar sua integração, com a ampliação e fortalecimento do Mercosul, UNASUL e dos BRIC’s, buscando uma capacidade de se posicionar de maneira mais ativa e independente no cenário mundial aproveitando o “*intermezzo*” aberta pela crise.

A crise de Hegemonia do Bloco Histórico Democrático e Popular

O Brasil e toda a América Latina viu nas décadas de 80 e 90 um crescimento das lutas populares por Democracia e de resistência ao projeto neoliberal.

No Brasil a luta contra a ditadura, pela redemocratização e resistência ao projeto neoliberal consolidou um Bloco Histórico, um campo democrático e popular.

No fim dos anos 70 surge um conjunto de ações e movimentos de questionamento a Ditadura Militar o de maior envergadura surgiu no ABC Paulista com um conjunto de greves dos Metalúrgicos, dando destaque nacional, a uma nova liderança, o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva conhecido por Lula. O movimento sindical buscava alternativas ao sindicalismo “pelego” atrelado ao Estado e aos patrões, toda essa movimentação culminou na construção da maior central sindical da América Latina, a CUT.

Nos bairros, nas igrejas, nos segmentos populares tinha uma efervescência política e social pela condição de vida da população, com o Movimento pela Carestia da Vida, as lutas pela reforma agrária (retomando a tradição das Ligas Camponesas), as Comunidades Eclesiais de Base.

Nas Universidades um ressurgimento do movimento estudantil (que havia sido duramente golpeado na Ditadura Militar), diversos intelectuais críticos a ditadura voltando ao Brasil. O Rock despontava com novas bandas e grupos identitários, um movimento contracultural, reivindicando maior liberdade e a juventude se rebelava.

Esse clima de final dos anos 70 e 80 são a base social que dará as condições para a construção de um novo Bloco Histórico no Brasil, com uma pluralidade ampla de experiências e de segmentos sociais representadas (muito diferente da tradição dos Partidos Comunistas e de seu centralismo burocrático).

Essa pluralidade política começará a se materializar na construção de um novo modelo partidário, mais amplo, plural e democrático (com direito a ter tendências, linhas de opinião e com representação no nascente movimento sindical autônomo e nos movimentos sociais), com a construção de um partido o Partido dos Trabalhadores.

Uma das características distintivas do Partido dos Trabalhadores do Brasil é ter sua origem diretamente nos movimentos sociais. Surgido na passagem da ditadura militar (1964-1985) para a democracia, o PT surgiu simultaneamente e no mesmo movimento histórico de resistência à ditadura que a primeira central sindical da história do país – a Central Única dos Trabalhadores – e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), além de outras expressões das mobilizações sociais, como o movimento de mulheres, de povos indígenas, os movimentos ecológicos e a extensão da sindicalização no campo e no setor público.

Esse Bloco Histórico colocou de pé as principais forças que garantiram as conquistas sociais e políticas da Constituinte de 88 e foram capazes de construir grandes movimentos unitários na área urbana e rural.

O Bloco Histórico Democrático e Popular forjado nas lutas pela redemocratização se apresentaram nas eleições de 1989 através da candidatura de Lula para enfrentar a nascente onda neoliberal (que chegava tarde no Brasil, no Chile já havia sido implementado por Pinochet).

A eleição de 1989 foi emblemática com um movimento de massas que expressava sua esperança de uma grande mudança para o Brasil no Lema: “*Lula lá*”. No entanto, as forças do antigo regime, em especial, o seu principal dispositivo mídia (que opera como Gramsci apontou: o partido político da elite) o meios de comunicação como a mídia e os principais jornais do país, fizeram de tudo fraudaram debates eleitorais, colocaram camisetas do PT e panfletos na cena do sequestro de Abílio Diniz, empresários fizeram chantagens de “*sair do país*” e jogaram todas as suas fichas em Collor. O resultado todos sabemos o Brasil assistiu sua primeira eleição direta ser ganha por um político de um

partido fraco e sem uma base consistente na sociedade (o que depois levou a seu Impeachment).

Esse período transitório deu as condições de uma reagrupação da elite econômica e política para buscar um projeto mais consistente para a implementação do projeto neoliberal no Brasil. Isso se deu, nas eleições de Fernando Henrique Cardoso – FHC (PSDB), representado por um novo partido surgido no processo de redemocratização, com a principal aliança com o PFL (partido do antigo regime). Essa pactuação política foi a capaz de implementar o projeto neoliberal no Brasil.

O Bloco Histórico Democrático e Popular apesar da derrota de 1989 cresceu em todo o país, a UNE se consolidou, a CUT ampliou-se, os movimentos sociais estão por todo o país e o PT ganha prefeituras, amplia sua bancada, vai ganhando Estados. A luta contra o neoliberalismo era o que unificava esse Bloco Histórico.

No entanto, a derrota de 1989 vai causar um giro importante das prioridades e estratégias desse Bloco Histórico, várias bandeiras mais estruturais (radicais) de transformação da estruturação fundiária, de mudança do Estado e de suas prioridades e o projeto estratégico de superação do Capitalismo, vai abrindo espaço, para as reivindicações mais conjunturais e um programa mínimo vai se consolidando. Isso se materializa no campo institucional, com uma política de alianças mais amplas.

Essa mudança teve resultados objetivos importantes, o PT que foi o partido que se legitimou como força alternativa ao regime político construído na transição negociada entre Ditadura e Democracia, transforma-se em um partido fundamental para o regime democrático brasileiro. Mesmo, por dentro do regime político o PT vai ser um partido inovador na criação de experiências da chamada Democracia Participativa: o Orçamento Participativo, o fortalecimento dos Conselhos, a consolidação dos Sistemas de Direitos (SUAS e SUAS), as políticas emancipatórias e de micro crédito, empreendedorismo e de economia solidária.

O processo de resistência ao neoliberalismo foi tão importante no Brasil que ele canalizou para si a construção do I Fórum Social Mundial, sobre o lema: *“Um outro Mundo é Possível”*, uma infinidade de organizações políticas, culturais e de estilo de vida tomaram as Ruas de Porto Alegre. Essa tecnologia de organização de “Fóruns” se espalhou por todo mundo, com a criação de redes e articulações globais de lutas. Recentemente, Marrocos foi palco de um II Fórum Mundial de Direitos Humanos, que se iniciou também no Brasil.

Podemos afirmar, que o Bloco Histórico democrático e popular, produziu no Brasil, um país de experimentos, de “invenções democráticas”, capaz de

produzir redes e protagonismos políticos, sociais e culturais com diversidade e pluralidade.

Esse processo amplo que por um lado amenizava o programa estratégico, ampliava a política de alianças e por outro a construção de unidades e conexões políticas e sociais contra o neoliberalismo, culminou na eleição de Lula em 2002 com 53 milhões de votos, tornando-se o segundo presidente mais votado do mundo.

A eleição de Lula em 2002 é bem diferente do clima político e social de 1989, não havia um ascenso de massas, o programa político apresentado já estava dentro dos marcos do regime político e sua política de alianças era bem ampla, inclusive seu vice era representante do empresariado mineiro. Seu início de mandato foi marcado pela Carta ao Povo Brasileiro, que afirmava que o governo Lula, não irá romper com as bases da política econômica já instalada no país, um sinal claro ao mercado financeiro internacional.

O governo Lula apesar dessas restrições fez importantes transformações, a pela primeira vez na história do Brasil, um representante direto da classe trabalhadora chega a presidência, muda as prioridades da política externa, enterra de vez a implementação da ALCA, cria políticas sociais de caráter universalista, fortalece os Sistemas de Direitos (SUS e SUAS), ampliou e fortaleceu os instrumentos de participação popular e faz uma política permanente de valorização do salário mínimo. Lula mudou o Brasil, isso é inegável.

No entanto, não conseguiu romper e construir uma nova arquitetura na política econômica e também nesse período a um forte refluxo dos movimentos sociais, como se o ganho do governo, fosse o triunfo de todas as demandas populares.

A segunda eleição de Lula e as eleições de Dilma continuam esse processo e atrelam mais o PT as estruturas do Estado brasileiro, importante destacar, um Estado e suas instituições forjadas na transição negociada entre Ditadura militar e Democracia. Dessa forma a polarização política institucional entre PT e PSDB, não é capaz mais de representar os interesses, as idéias, as propostas de amplos setores da população brasileira. Nesse sentido, essa Crise abre uma perspectiva de pensar a Reinvenção do Fazer Política no Brasil.

Junho de 2013: As Ruas como local privilegiado para um novo Bloco Histórico

O Junho de 2013 vai entrar para a história do Brasil como um movimento de massas, que explode, na luta pela redução do preço do transporte público, capitaneada pela MPL (Movimento Passe Livre), e que pela dinâmica própria da insatisfação de representação política sentida por milhares pessoas e segmentos sociais se espalha e se massifica por todo o Brasil.

Um movimento que se amplia sem pauta e sem direção, que tinha pautas de esquerda, de direita e com pautas por vezes pessoais. Um movimento sem partido, um movimento que não queria a representação das instituições, inclusive, dos movimentos sociais “tradicionais”.

As análises dos principais teóricos da esquerda e de movimentos e entidades do Bloco Histórico democrático e popular passou pela perplexidade. Ninguém esperava algo assim. Um novo ativismo surgiu no país. Obviamente que as forças conservadoras, em especial, a mídia empresarial, disputou os sentidos de junho e tiveram sucessos parciais, ao dar “visibilidade” as pautas que lhe interessavam.

O mais importante no fenômeno de Junho é observar que as estratégias e as formas tradicionais de mobilização e a hegemonia consolidada na redemocratização e na luta contra o neoliberalismo não mais se vêem.

Dessa forma, observamos uma Crise no Bloco Histórico Democrático e Popular, crise aqui, não no sentido de que CUT, UNE, MST e outros movimentos sociais estão fadadas a se enfraquecer, pelo contrário, aponta que é necessário eles mudarem, voltarem a um certo “espontaneísmo” das Ruas.

Recentemente, vimos como o Movimento Sem Teto (MTST) conseguiu através de mobilizações massivas pautar o Direito a Cidade, o direito ao espaço público, alvo crescente dos interesses privatistas do espaço público.

Dentro dessa perspectiva a crise do Bloco Histórico do campo democrático e popular (forjado na redemocratização e na luta contra o neoliberalismo) abre uma oportunidade histórica para abrir a “Caixa de Pandora” da criatividade dos segmentos populares para reinventar formas de atuar, de se organizar, de se abrir as novas gerações e suas novas formas de se comunicar.

O local privilegiado para transformar essa Crise em uma oportunidade de forjar um Novo Bloco Histórico capaz de superar os avanços e a radicalização de uma direita reacionária e golpista, esta na construção de Unidades nas RUAS, nas Praças, no espaço público. Radicalizar a Democracia, com as pautas das grandes reformas, como a Reforma Política, é a pauta que pode confluir diversos segmentos sociais e políticos.

Afirmar os Direitos Humanos, as lutas pela ampliação dos Direitos populares, o Direito as Diversidades e a exigência da Participação Popular nos rumos das políticas públicas, passa pela capacidade de mudarmos estratégias de mobilização.

A construção de pautas em REDE, criando Unidades progressivas (sem tentativas de hegemonismo artificiais, pelas máquinas) é um dos caminhos para construir Unidades e Conexões entre o novo ativismo e os tradicionais

movimentos sociais, produtores das maiores transformações nas últimas décadas.

Nesse sentido, precisamos recarregar, energizar, os movimentos sociais e confluir com os novos ativismos surgidos nas redes sociais, em grupos culturais, nos empreendimentos econômicos solidários, no empreendedorismo comunitário, dos novos estilos de vida, de identidades comunitárias e de lutas temáticas surgido recentemente no Brasil.

Os movimentos sociais precisam criar uma ampla Unidade para tencionar e aumentar o tom, nas Ruas e Praças para exigir Direitos e para romper com as políticas públicas que enfraquecem o Público em favor dos Interesses Privados, isso só se faz, com a ampliação das reivindicações e das pressões sobre os governos, a fim de que essa pressão seja superior dos que os da mídia empresarial, do agronegócio, das empreiteiras, tanto para evitar aventuras golpistas (que querem jogar na lama nossa recente democracia) como giros a direita para garantir governabilidades.

As RUAS é o local para se construir um Novo Bloco Histórico no Brasil que possa ampliar o espaço Público e sobrepor os interesses privados, que querem aprofundar a mercantilização da Vida e das relações sociais.

Encerrando com o texto Uma Nova Identidade Comunista (1987 - do grupo de Lucio Magri, que lutava contra a crise que levou a dissolução do PCI):

“Assim, o tema da relação com outras culturas, com outras subjetividades externas e, às vezes, conflitantes com nossa tradição tem uma importância decisiva, e não queremos afasta-los, mas desde que não caia na banalidade do “contagio”, do ecletismo, e procure realmente uma síntese provisória a cada momento, e cada um valorize nessa relação sua riqueza e identidade”.